

**A POLÍTICA DE
EDUCAÇÃO ESPECIAL NA
PERSPECTIVA
INCLUSIVA:
IMPLEMENTAÇÃO NA EMEF
JOSÉ DANTAS SOBRINHO, NO
MUNICÍPIO DE MARACANAÚ**

Autores:

Valdícia Falcão Sales -
Mestre em
Planejamento em
Políticas Públicas

**Antônio Germano
Magalhães Júnior** -
Doutor em Educação -
Universidade Federal
do Ceará - UFC

Resumo

A atualização das políticas públicas, como a elaboração da nova política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (SEESP / 2008), tem um impacto na agenda pública com a difusão da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas independentemente da deficiência. A mencionada política possui caráter social e educativo e trata de questões relacionadas à diversidade social, diferença e preconceitos culturais. Além disso, a atual política foi elaborada com fundamento declarações e recomendações de âmbito internacional, e demonstra um marco nas suas diretrizes ao oferecer o Atendimento Educacional Especializado no ensino comum destinado às pessoas com deficiência. Percebe-se que nas últimas décadas muito se tem debatido sobre um sistema educacional inclusivo, com pontos e contrapontos nos aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, em busca de educação de qualidade para todos. Por meio de pesquisas, leituras de várias obras de diferentes autores pretendeu-se no artigo refletir sobre a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva e discutir sobre pontos relevantes sobre o assunto. Diante disso, o estudo tem como temática central a referida política, obtendo com objetivo a descrição da implantação da política de educação especial na perspectiva inclusiva na EMEF José Dantas Sobrinho no Município de Maracanaú-Ceará, compreendendo primeiramente a proposta dessa política social no âmbito educacional. Conforme supramencionado, a metodologia constitui por meio de uma pesquisa quantitativa, através de estudo bibliográfico e documental, do Núcleo de Educação Inclusiva da Secretaria de Educação Especial, bem como Projeto Político Pedagógico da referida escola. A demarcação temporal estabelecida representa os anos de 2010 e 2012 períodos em que foi implantada a Sala de Recurso no Município de Maracanaú e da participação da EMEF José Dantas Sobrinho no II Prêmio de Experiências Educacionais Inclusivas. Concluiu-se que EMEF José Dantas Sobrinho demonstra ações na implantação da política na escola em consonância com seu projeto político pedagógico no que diz respeito às modalidades de acessibilidade arquitetônica, pedagógica (recursos pedagógicos do MEC e da própria escola) e atitudinal. Com relação a acessibilidade metodológica

são necessárias mudanças na proposta pedagógica e nos processos de avaliação. No geral, o Município de Maracanaú destaca-se na contratação de profissionais de apoio (cuidadores, intérpretes e instrutores) e na Formação Continuada dos professores da SRM para a efetivação da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A Secretaria de Educação do Município, no entanto, não possui um Projeto de Educação Inclusiva, porém, apenas segue o que está prescrito pela própria lei e uma das principais barreiras enfrentadas na implantação da política ainda é a aceitação dos alunos com deficiência pelos gestores e professores do ensino comum, já que muitos só são matriculados com a intervenção do Núcleo de Educação Inclusiva, com respaldo na atual política.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação Inclusiva e Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Abstract

The updating of public policy such as the development of the new Special Education policy in Inclusive Perspective (SEESP / 2008), has an impact on the public agenda with the spread of inclusion of people with disabilities in schools regardless of disability. Said policy has social and educational nature and deals with issues relating to social diversity, difference and cultural prejudices. In addition, the current policy has been prepared on the basis of statements and international recommendations, and demonstrates a milestone in its guidelines to provide the Educational Service Specializing in common education for persons with disabilities. It is noticed that in recent decades much has been debated about an inclusive education system, with points and counterpoints in the political, cultural, social and educational, searching for quality education for all. Through research, reading various works of different authors intended on Article reflect on the Special Education Policy on Inclusive Perspective and discuss important points about it. Thus, the study has as its central theme the policy, obtaining the description for the purpose of implementation of special education policy in the inclusive perspective on EMEF José Dantas Nephew in the municipality of Ceará-Maracanaú, primarily comprising the proposal that social policy in the education sector. As mentioned above, the methodology is through a quantitative research, through bibliographical and documentary study, the Inclusive Education Center of Special Education Secretariat and Pedagogical Political Project of the said school. The established temporal demarcation is the 2010 and 2012 periods in which it was implemented the Board Room in the City of Maracanaú and participation of EMEF José Dantas Nephew in II Award for Educational Experiences Inclusive. It was concluded that EMEF José Dantas Nephew demonstrates actions in policy implementation at the school in line with their political pedagogical project with regard to arrangements for architectural, educational accessibility (teaching resources of the MEC and the school itself) and attitudinal. Regarding the methodological accessibility changes are needed in the pedagogical proposal and

evaluation processes. Overall, Maracanaú municipality stands out in hiring support staff (caregivers, interpreters and instructors) and Continuing Education of the SRM teachers for the realization of the Special Education Policy on Inclusive Perspective. The Department of Education of the City, however, does not have a Project Inclusive Education, but only follows what is prescribed by the law itself and one of the main barriers faced in policy implementation is still the acceptance of students with disabilities by managers and the common school teachers, since many are only registered with the intervention of the Center for Inclusive Education, with support in the current policy.

Keywords: Special Education; Inclusive Education and Special Education Policy on Inclusive Perspective.

Introdução

A educação inclusiva tornou-se um movimento mundial que se intensificou após realizada Conferência Mundial de Educação para Todos (1990) e editada a Declaração de Salamanca (1994), na construção de uma educação de qualidade para todos, que não consiste apenas na aceitação das pessoas com deficiência, mas na valorização das diferenças. A referida declaração assim ressalta:

O princípio fundamental desta Linha de Ação é de que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias lingüísticas étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizados. (BRASIL, 1997, p. 17 e 18).

Desse movimento mundial é elaborada a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (SEESP/ 2008) em que a educação especial perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino sem substituí-los. Nesse contexto, a educação especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo ou segregado, mas como “um conjunto de medidas que a escola regular põe a serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos” (Glat e Oliveira, 2003, p.2).

De acordo com (Freitas, 2008), a atual política,

Ao propor a articulação entre o ensino regular e a educação especial lança a possibilidade da escola repensar a totalidade da sua organização, historicamente sedimentada. Ou seja, a educação especial, que na organização dos sistemas de ensino” configurava um “sistema paralelo”, passa a constituir parte integrante desses “sistemas”. Logo, há a necessidade de repensar a organização escolar nos níveis macro e micro estruturais, contemplando desde a gestão no sentido mais amplo do “sistema de ensino” e da escola, até a organização da prática educacional em sala de aula. (P. 24)

Na implementação de uma política pública, de caráter social a participação de agentes é fundamental para a efetivação dessa política na prática, como é o caso dos denominados grupos de pressão (Associação de Pais das Pessoas com Deficiência) a frente das mudanças históricas no tratamento das pessoas com deficiência, buscando a concretização dos seus direitos prescritos na legislação no Brasil e sua aplicabilidade nas esferas federal, estadual e municipal.

O debate da inclusão como política social é necessário na conquista da cidadania das pessoas com deficiência nas escolas, como bem descreve Ananias (2007) ao exprimir o fato de ser importante compreender as políticas sociais na perspectiva evolutiva dos direitos de cidadania, para manter e consolidar a situação de justiça social.

Por se tratar de um demanda específica, a educação especial (modalidade de ensino) torna-se uma política focalizada, o que a constitui como prioridade em políticas públicas. Ananias ainda destaca a noção de que as políticas sociais são permanentes. A erradicação da desigualdade não pode desconsiderar as singularidades dos diferentes grupos sociais no processo de inclusão.

Nesse sentido, o discurso da educação inclusiva é, na última década, foco de pesquisas em programas de iniciação científica e pós-graduação. Estas se tornam então, lugar privilegiado para o desenvolvimento da produção científica, pois apesar da abrangência e complexidade dessa temática, os estudos trazem à tona discussões ricas acerca das tensões, conflitos, contradições, desafios da educação inclusiva. Diante disso, foi escolhido a temática com intuito de, contribuir para a qualificação das experiências educacionais inclusivas, com pontos e contrapontos a serem discutidos em razão das constantes discrepâncias no acesso e qualidade da educação no Brasil.

É imprescindível, ainda, destacar as razões da escolha do objeto de estudo. Em uma realidade recente, encontramos elementos relevantes para a constituição deste estudo. Um deles vem da experiência familiar, a convivência com um primo

nosso com paralisia cerebral e uma sobrinha com transtorno do espectro autista (TEA). Além disso, o ingresso no magistério público contribuiu para nossa escolha do estudo, pois o trabalho desenvolvido nas escolas públicas com pessoas com deficiência respaldados na Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva é uma problemática atual, em razão da incoerência entre o que está prescrito na legislação e sua configuração no contexto educativo no Brasil. Daí surgiu nosso interesse em focar na dimensão política, na compreensão da realidade no trabalho com as pessoas com deficiência, além da gestão de uma sala, que propõe ação educativa, mas respaldada em uma vontade política para que realmente o trabalho possa atingir a qualidade esperada.

De acordo com (Sander, 2005), um requisito fundamental para resolver a iniquidade social nos sistemas de ensino da América Latina “é a vontade política para atribuir a devida prioridade nos orçamentos públicos dos governos nacionais e locais” (P.29).

Logo, o presente artigo pretende, de forma sucinta, apresentar os avanços e desafios da educação inclusiva, com a elaboração da política pública de educação especial na perspectiva inclusiva, com o objetivo de descrever o processo de implantação da Política pública de Educação Especial na EMEF José Dantas Sobrinho (Município de Maracanaú) no período de 2010 – 2012.

Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva

Este segmento tem por objetivo, primeiramente, entender a configuração da Política Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, relacionando suas metas e diretrizes com o discurso da educação inclusiva através dos estudos documentais, a fim de compreender a proposta da atual Política de Inclusão e suas repercussões no cenário educativo no Brasil.

A Política foi publicada em janeiro de 2008, e apresentada em destaque ela SEESP/MEC na publicação indexada “Inclusão: Revista da Educação Especial”, de janeiro/junho de 2008. O objetivo principal da Política é “o acesso, a participação e

a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais.

(...), a partir da “garantia (...), a: da Transversalidade na Educação Especial Educação Infantil até a Educação Superior; Atendimento Educacional Especializado – AEE; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o AEE e demais profissionais para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 8).

Nesse contexto, a política tem como pressuposto uma educação inclusiva, um ambiente escolar “sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Constituição Federal, artigo 3) e se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade.

De acordo com Ferreira (2005) Centro de Estudos sobre Educação Inclusiva CSEI) define a inclusão como uma

[...] filosofia que valoriza diversidade de força, habilidades e necessidades do ser humano como natural e desejável, trazendo para cada comunidade a oportunidade de responder de forma que conduza à aprendizagem e do crescimento da comunidade como um todo, e dando a cada membro desta comunidade um papel de valor (P.44)

Por conseguinte, a inclusão das pessoas com deficiência desde a educação infantil é de suma importância, já que é nesse período em que [...] “se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e

sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança.” (BRASIL/MEC/2008).

Com a elaboração da política na perspectiva inclusiva no Brasil, cresce o número de alunos com deficiência nas escolas públicas desde a educação infantil, já que é um meio de garantir que ações implantadas por essa política pública e assim possa alcançar resultados, independentemente das mudanças político-administrativas decorrentes de términos de mandatos eleitorais.

Segundo o relatório Iniciativa Global pelas Crianças Fora da Escola (UNICEF, 2009), existem algumas barreiras para trazer mais crianças com deficiência para a escola, umas principais é a resistência tanto por parte das escolas regulares quanto dos profissionais das escolas especiais, bem como dos próprios pais e os responsáveis, que ainda se sentem inseguros em relação à capacidade das instituições de ensino regular de atender adequadamente seus filhos.

Outra barreira é a adequação das escolas regulares para receber as crianças com deficiência, como também a falta de preparo dos professores para lidar com essas crianças e adolescentes, condição fundamental para a mudança de mentalidade a fim de superar a discriminação. Apesar do crescimento expressivo no número de salas de recursos multifuncionais implantadas pelo MEC nos últimos cinco anos, as 24.301 disponíveis hoje são poucas em relação ao número total de escolas regulares com matrículas na educação especial: 68.285.(UNICEF, 2009).

No entanto, é dever do Poder Público, no entanto, avaliar o desenvolvimento das ações propostas nas políticas públicas educacionais, e utilizar os dados para a o aprimoramento destas nas realidades escolares no Brasil. A Inclusão escolar, compreendida como educação de qualidade para todos, assegurada por uma política social não pode nos

[...] levar a ilusão de que inauguramos uma nova era educacional [...], pois ainda convivemos com bolsões de miséria, com dificuldades de acesso aos bens culturais e humanos, portanto, assegurar ambientes inclusivos e acolhedores no interior da escola, ultrapassa o limite dela

mesma, uma vez que depende, em grande medida, de ações intersetoriais que possam garantir os direitos sociais previstos em lei, muitas vezes, inexistentes nas escolas brasileiras. (Drago e Oliveira, 2012, p.349).

Estamos, então, diante de uma meta estabelecida na implementação dessa política pública tão recente e desafiante, “a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas” com dispositivos legais reafirmados desde a Constituição de 1988, mas que na prática, a realidade ainda está bem distante, especialmente com relação a essa premissa da interlocução entre assistência social, saúde e educação, numa integração importante na efetivação da política de inclusão brasileira. Jannuzzi (2008) nos alerta: “há um longo caminho a ser construído, permeado por um discurso de igualdade, pregado por uma organização mundial cada vez mais excludente” (P.349).

Nessa trajetória da educação especial, em uma perspectiva inclusiva, a atual Política institui o atendimento educacional especializado - AEE que tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas, logo, o papel do AEE é de oferecer o que não é próprio do currículo escolar, com função complementar e/ou suplementar à formação dos alunos, mas não é considerado um reforço escolar.

O conceito de acessibilidade ampliou-se por meio da política de inclusão e com a parceria do AEE, a discussão sobre a educação inclusiva fez perceber-se que as condições de acesso são muitas vezes negadas a pessoas com deficiência e a presente realidade só será transformada nas escolas brasileiras se essa parcela da população estiver com seus direitos garantidos participando com as outras crianças do ensino comum.

Segundo Sasaki (2005), há seis tipos de acessibilidade cuja promoção caracteriza uma educação inclusiva:

Acessibilidade arquitetônica- espera-se que sejam removidas todas as barreiras do ambiente físico , tais como : piso escorregadio, portas estreitas,

degraus ou desníveis, corredores e elevadores estreitos, falta de iluminação etc.

Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc...),incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo em cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito logística didática etc), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc, baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares).

Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades de vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, tomar banho etc) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc)

Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc) e em normas de um geral.

Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência

na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminação.(P.23)

A forma de atendimento proposta pela atual política de educação especial é, portanto, o AEE. O AEE é realizado, prioritariamente, na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização não substitutivo, as classes comuns, podendo ser realizado, também, no Centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou instituições comunitárias confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente nos estados, Distrito Federal ou dos municípios.

O Ministério da Educação, com o objetivo de apoiar as redes públicas de ensino na organização e na oferta do AEE e contribuir com o fortalecimento do processo de inclusão educacional nas classes comuns de ensino, instituiu o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, por meio da Portaria Nº. 13, de 24 de abril de 2007. As salas de recursos podem ser de dois tipos:

Tipo 1: são constituídas de microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, *scanner*, impressora *laser*, teclado e colméia, *mouse* e acionador de pressão, *laptop*, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, *software* para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, quadro melanínico.

Tipo 2: são constituídas dos recursos da sala Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de alunos com cegueira, tais como impressora *Braille*, máquina de datilografia *Braille*, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora

sonora, *software* para produção de desenhos gráficos e táteis.

As Salas de Recursos Multifuncionais é uma inovação na perspectiva inclusiva, já que deve ser implantada na escola do ensino comum, como um apoio aos profissionais que tenham alunos incluídos em duas vertentes: no atendimento educacional especializado do aluno no contra turno, duas vezes por semana, e nas orientações aos professores de como lidar com o aluno com deficiência; dependendo da especificidade por meio do acompanhamento desse aluno na sala de aula (dificuldades apresentadas, potencialidades que podem ser otimizadas nas atividades desenvolvidas...). Logo, é imprescindível a interlocução sistemática do profissional do AEE com o professor do ensino comum, parceria fundamental para a efetiva inclusão da pessoa com deficiência.

De acordo com Baptista (2008),

[...] o atendimento educacional especializado pode ser um recurso extremamente valioso para os sujeitos que são identificados como os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com

altas habilidades. Esse serviço, quando em sintonia com o projeto político pedagógico, quando articulado às demais práticas docentes, quando não restrito à dimensão clínica do atendimento, quando não entendido apenas como um espaço físico diferenciado, poderá contribuir para que o aluno continue na escola e avance no seu aprendizado. A oferta de atendimento complementar ou suplementar, por profissional com formação em educação especial, deve fazer parte de um continuum de propostas que articulam a sala de aula do ensino comum e outros espaços educativos, sem prejuízo do acesso do aluno à sua classe de referência. Esse é um dos nossos grandes desafios: reconhecer que o atual momento histórico exige que discutamos as novas diretrizes não apenas para a educação especial, mas para a educação como um todo.

O projeto político pedagógico da Escola deve privilegiar o atendimento educacional especializado, mediante objetivos, metas e ações que valorizem a diversidade, em articulação com as demais propostas da escola comum. No PPP,

devem ser previstos a organização e os recursos para o AEE: sala de recursos multifuncionais; matrícula do aluno no AEE; aquisição de equipamentos; indicação de professor para o AEE; articulação entre os professores do AEE e os do ensino comum e redes de apoio internos e externos à escola.

O profissional designado para atuar nas SRM é o professor de AEE, cuja formação inicial deve capacitá-lo ao exercício da docência, devendo possuir ainda formação específica para a educação especial. As atribuições do professor de AEE estão no art. 13 da Resolução nº4/2009 e se reúnem o conjunto de ações a seguir enunciadas:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - elaborar e executar o plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidades dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V -estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI -orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL,SEESP, 2009).

Esse decreto, ao descrever as ações do professor da SRM, ressalta elementos propulsores e promotores da inclusão, são o que o ensino e o uso das tecnologias assistivas, com o intuito de ampliar as habilidades funcionais dos alunos com deficiência, promovendo autonomia e participação.

O tema “tecnologia assistiva” é abrangente e na literatura internacional existem diferentes denominações para esta área: ajudas técnicas, tecnologia assistiva, tecnologia de apoio. Em 2007, o Comitê de Ajudas Técnicas/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – CAT/SEDH aprovou o conceito de tecnologia assistiva proposto por seus integrantes:

“Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL,2007c).

O professor especializado identifica a tecnologia assistiva necessária à promoção de autonomia e participação no contexto escolar e assim a ideia de capacitá-lo na utilização do recurso, para depois transpor para o espaço comum da escola as ferramentas que o apoiaram em seu percurso escolar. A tecnologia assistiva pode ser um recurso facilitador, um instrumento ou utensílio que especificamente contribuirá para resolver as dificuldades funcionais do aluno no ensino comum, encontrando opções para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades propostas pelo ensino comum.

As questões de política de educação especial são de política educacional, mas é necessário um olhar cuidadoso dos secretários de educação para a especificidade do trabalho com as pessoas com deficiência, valorizando a atual política e desenvolvendo ações para sua implementação nas escolas, no estabelecimento da educação inclusiva no Brasil, robustecendo o trabalho de educar com qualidade a todas as crianças, não só as que possuem limitações motoras, mentais ou sensoriais.

Ações do Núcleo de Educação Especial/ Inclusão de Maracanaú para a Efetivação da Política de Inclusão

Essa seção pretende fazer um breve um resgate histórico da educação especial e inclusiva, para assim adentrarmos a implementação da atual política na EMEF José Dantas Sobrinho, e em consonância com o objeto principal do estudo que diz respeito a descrição das ações implementadas no Município de Maracanaú.

A busca pela valorização das diferenças, na rede municipal de ensino de Maracanaú, se configura desde o Plano Decenal de Educação (2001-2010) com a sensibilização dos prefeitos e secretários da educação promovendo ações orientadas pela Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (SEESP\2008).

A inclusão do Município de Maracanaú está amparada apela legislação na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases -1996 e também pela Resolução do Conselho Municipal de Educação -CME, N° 09/2010, que fixa normas para a educação dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades/superdotação; além disso, pelas notas técnicas advindas da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do Ministério da Educação – MEC por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – MEC/SECADI.

As ações efetivadas pela Secretaria com o apoio do Núcleo de Educação Inclusiva (NEE/I), com vistas a favorecer a inclusão de alunos nas classes comuns da rede municipal de ensino, constituíram e constituem de acompanhamento às escolas com alunos incluídos pelos membros da equipe de educação especial para orientações aos gestores e educadores quanto à: adequação do espaço escolar, ao número de alunos por sala, ao uso de materiais didáticos específicos e ações pedagógicas que facilitem a intervenção do professor para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com e sem deficiência.

Outras ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação/ Maracanaú/CE, em consonância com a política de educação especial, se

configuram mediante a ampliação do quadro de intérpretes e instrutores para atender escolas com estudantes surdos e o quadro de cuidadores para atender aos estudantes com dificuldades de alimentação, higiene e locomoção. Em 2008, foi realizado concurso público para contratação desses profissionais, oficializando assim uma das premissas da política de inclusão.

De acordo com a nota técnica 19/ 2010(SEESP/ MEC) dentre os serviços da educação especial que os sistemas de ensino devem prover estão os profissionais de apoio, tais como aqueles necessários para promoção da acessibilidade e para atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção e as atividades de profissional tradutor e intérprete de Libras e de guia-intérprete para alunos surdocegos que seguem regulamentação própria, devendo ser orientada sua atuação na escola pela educação especial, em articulação com o ensino comum.

Em 2010 mediante levantamento junto às escolas municipais foi possível quantificar o número de estudantes com deficiência incluídos. Durante os anos seguintes foi sendo constatada a crescente procura desse público nas escolas.

Para atender essa demanda, o NEE/I focado na política de inclusão no Município de Maracanaú, atenta para o lema: “Quanto mais se amplia a qualidade da educação, mais se reduz a desigualdade”.

O Censo/2012 do Município conta com 1367 alunos incluídos na rede municipal distribuídos nas diferentes modalidades de ensino (educação infantil, ensino fundamental, educação de jovens e adultos). Na rede estadual, apenas dez alunos e na particular duzentos e vinte um. A rede municipal de Maracanaú, em concordância com os dados nacionais, permanece com o maior número de alunos incluídos.

À vista do quadro de alunos matriculados o Conselho de Educação do Município (resolução CME 09/2010) assim estabelece:

Art. 20 – A escolha da sala de aula regular onde o estudante será escolarizado deverá priorizar como critério a idade cronológica, cognitiva e a especificidade de suas diferenças.

§ 1º – Poderão ser incluídos no máximo 2 (dois) estudantes com a mesma deficiência e na mesma sala de aula, observados os critérios do *caput* deste artigo e a natureza da necessidade que o escolar apresenta.

§ 2º – Serão excluídos do previsto no §1º as turmas com estudantes surdos que contem com o suporte de um profissional intérprete de libras.

§ 3º – Não será permitida a matrícula de estudantes com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e/ou com altas habilidades/superdotação em turmas de correção de fluxo.

§ 4º – Para cada estudante com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento serão reduzidos 5 (cinco) do número total de estudantes por turma, sendo contempladas, para efeito desta redução:

- a) As turmas de Educação Infantil, a partir da pré-escola;
- b) As turmas de Ensino Fundamental no ensino regular ou na modalidade de Educação de Jovens, Adultos ou Idosos, presencial;
- c) As deficiências múltiplas (duas ou mais deficiências associadas), a deficiência intelectual severa ou profunda, Síndromes e Transtornos (Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Autismo).

No município de Maracanaú há um diferencial com relação ao atendimento educacional especializado. A maioria das escolas o atendimento no período noturno, que muitas vezes comporta a educação de jovens e adultos.

Ainda são poucas no Brasil, as iniciativas do atendimento educacional especializado nos períodos noturnos nas escolas, em Maracanaú, no entanto, a rede municipal busca resolver essa questão. Diz Ana Paula Lima, coordenadora do Núcleo de Educação Especial Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Maracanaú:

As salas de AEE, que oferecem o atendimento educacional especializado, funcionam à noite. A gente já tem esse

profissional para dar suporte ao professor. A gente sabe que o aluno não é atendido no turno, mas tem o professor que precisa desse apoio. E a gente dá esse apoio ao professor, a gente tem intérprete de Libras, a gente tem instrutor que faz itinerância à noite.

Tem-se hoje na rede escolar: 26 (vinte e seis) salas com recursos multifuncionais (SRM) que realizam Atendimento Educacional Especializado (AEE), com a parceria dos intérpretes, instrutores, apoio profissional (cuidadores).

Segundo (Figueiredo; 2010)

A concretização da política de inclusão se expressa pela criação de salas multifuncionais nas escolas públicas brasileiras, por uma política de formação de professores em Atendimento Educacional Especializado voltado para o atendimento das crianças nessas escolas, bem como, pela transformação das práticas pedagógicas e da gestão escolar nas redes de ensino. Deste modo, o desafio de escolarizar todas as crianças no ensino comum, não é tarefa da educação especial, mas das redes públicas de ensino (P.54).

Nesse sentido os profissionais do AEE reúnem-se todas as sextas-feiras, ora para planejamentos (na próxima escola), ora para estudos na Secretaria Municipal de Educação. No calendário estabelecido pelo NEE os profissionais em 2012 estudaram sobre as deficiências (física, TGD, intelectual, auditiva...) e apresentaram seminários. Foi um momento rico para troca de experiências dos trabalhos desenvolvidos nas salas de recursos multifuncionais do município.

Implementação na EMEF Jose Dantas Sobrinho

A EMEF José Dantas Sobrinho está no exercício da Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva desde 2011, com a implantação da sala de recurso multifuncional na escola, com a chegada de duas profissionais do AEE. Em uma ação conjunta, gestão e profissionais especializadas o projeto político pedagógico (PPP) foi redimensionado com ações que contemplem a diversidade,

para a efetivação das metas relacionadas às dimensões físico-estrutural, administrativa, relacional e pedagógica.

A EMEF José Dantas Sobrinho busca ter as competências definidas nas Diretrizes da Educação Especial/ Inclusiva para a efetiva inclusão dos alunos com deficiência, assim estabelecidas no documento:

Ofertar um espaço de socialização e vivências com práticas pedagógicas e culturais baseadas no contexto social e nas experiências que cada aluno tem e traz para a vida escolar, respeitando suas diversas formas de expressão, garantindo essas ações no Projeto Político Pedagógico. Divulgar o calendário antecipado de matrícula; No ato da enturmação, observar a idade cronológica do estudante com deficiência que deverá ser aproximada a dos demais; Observar na fase diagnóstica os alunos que podem ter deficiência, TGD e/ou AH/S e encaminhá-los a secretaria da escola para alimentação do Sistema de Educação Inclusiva (SEI) e/ou Neurofor e outros serviços. Encaminhar o aluno a Unidade de Saúde Básica mais próxima de sua residência quando ele não tiver laudo médico comprovando sua deficiência Encaminhar o aluno com deficiência, TGD e AH/S para o AEE. Na própria escola, ou em escolas do entorno que dispuserem desse serviço. Matricular os estudantes com deficiência com idade acima de 15 anos, na Educação de Jovens, Adultos e Adultos e Idosos (EJA). Casos mais específicos poderão ser tratados com o Núcleo de Educação Especial/Inclusiva; Encaminhar no ato da transferência relatório descritivo contemplando avanços e dificuldades do estudante (anexar xerox do laudo médico)

De conformidade com as especificações do MEC/SEESP, a sala de recurso multifuncional da referida escola foi estruturada com equipamentos da sala tipo 1 e em 2011 – período de sua implantação- contava com 18 alunos que apresentam as seguintes deficiências: oito com surdez, cinco com deficiência intelectual, três com deficiência física, um com transtorno global do desenvolvimento e um com altas habilidades/superdotação, de acordo com os registros no Censo Escolar MEC/INEP/ 2011.

Além dos equipamentos disponibilizados pelo MEC, houve a aquisição de mobiliários, tais como: mesa adaptada, quadro magnético, monitor com toque na tela, impressor e diversos jogos pedagógicos (painéis psicomotores, *kit* de aramados, caixa tátil em EVA e *kit* de jogos pedagógicos em Libras) Em razão da especificidade de alguns dos alunos, a equipe percebeu que o material enviado pelo Ministério da Educação poderia ser complementado por outras tecnologias assistivas. Para resolver essa questão, foi utilizado o Programa Escola Acessível, a Escola José Dantas novos recursos necessários para o atendimento aos estudantes com deficiência.

O Programa Escola Acessível disponibiliza recursos financeiros às escolas públicas, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), para promoção de acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva. Por meio dessa ação, as escolas podem adequar e construir rampas, sanitários acessíveis e vias de acesso; alargar portas, instalar corrimãos e equipamentos de sinalização visual, tátil e sonora; adquirir cadeiras de rodas e outros recursos de tecnologia assistiva. (BRASIL, 2011)

Além disso, o marco importante na inclusão da escola é a acessibilidade atitudinal da comunidade escolar para com as pessoas com deficiência. A Sala de Atendimento Educacional Especializado tornou-se espaço acolhedor em que todos os atores educativos estão envolvidos no trabalho. Um fato marcante é a disposição da comunidade escolar em auxiliar na confecção de materiais de baixa tecnologia, tais como: cartões de comunicação, pranchas personalizadas, engrossadores de espuma e jogos pedagógicos. Há um trabalho colaborativo entre gestão escolar, sala de aula comum, sala de recurso multifuncional, família e comunidade.

Logo, a parceria com a família é um ponto primordial na atuação do Atendimento Educacional Especializado da Escola. A função do professor da SRM está intrinsecamente relacionada com o *feedback* dos pais. Destacamos que na parceria entre família e escola inclusiva, “está além de delegar aos pais um papel de informante, mas deve propiciar: maior apoio aos pais para que possa assumir seus papéis de pais de uma criança com necessidades educativas, oportunidade de

escolha do tipo de provisão educacional que os pais desejam para seus filhos; que os pais parceiros ativos nos processos de tomada de decisão e planejamento educacional de seu filho” (AIELLO, 2002, p.87).

No que se refere a acessibilidade metodológica, ainda é uma barreira a ser enfrentada na educação inclusiva da EMEF José Dantas Sobrinho. Acreditamos que no panorama nacional, os profissionais do ensino comum ainda continuam atrelados a um ensino bem tradicional, cadeiras enfileiradas, alunos como meros telespectadores no processo de ensino e aprendizagem, e o livro como o principal recurso didático.

No que diz respeito a acessibilidade comunicacional e instrumental para com as pessoas com deficiência, especialmente os alunos com limitações físicas e os surdos estão sendo minimizadas por meio dos recursos de tecnologia assistiva de baixa tecnologia como e os de alta tecnologia advindas do MEC (monitor com toque de tela para os alunos com limitações físicas, os *softwares* como o *boardmaker* (programa de comunicação alternativa) e os DVDS e CDS dos programas arara azul para os alunos surdos. Essa barreira comunicacional ainda está sendo superada mediante a participação dos profissionais da Escola no Curso de Libras no Centro de Línguas de Maracanaú assim, composto: as duas vices-diretoras, o porteiro, uma professora do ensino comum e uma das profissionais da SRM.

Na acessibilidade pedagógica, no caso de um aluno, com paralisia cerebral, que apresenta defasagens entre sua necessidade comunicativa e na escrita, limitações na habilidade em falar/ou escrever, é utilizada uma tecnologia assistiva denominada Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Ele está também interagindo com a informática acessível, por meio do teclado colméia, do acionador, do monitor com tela sensível ao toque (*touchscreen*) e dos softwares educativos (*boardmaker* e o *Kit multimídia*).

“a comunicação aumentativa e alternativa –CAA é uma das áreas da TA que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou defasagem entre sua necessidade comunicativa

e sua necessidade em falar e/ou escrever. Busca, então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios dessa metodologia, construir e ampliar sua via de expressão e compreensão” (BERSCH e SCHIMER, 2005, p.89).

O uso da tecnologia assistiva é um marco na acessibilidade pedagógica da EMEF José Dantas Sobrinho, mas, com relação à acessibilidade metodológica, a escola precisa redimensionar seus planejamentos e repensar os arranjos metodológicos e o processo de avaliação. Logo, a prática pedagógica é um elemento-chave na transformação da escola. Em função do tema diversidade, caminha no sentido de pensar uma pedagogia das diferenças em sala de aula. Diferenciar é ter a disposição de buscar estratégias para trabalhar com todos os alunos e assim evitar a indiferença ante a diferença.

Conclusão

O Município de Maracanaú vem na busca de implementação da política com destaque, mas o estudo não possibilita uma investigação aprofundada acerca de como está a efetivação da atual política concretamente, já que se restringe a EMEF José Dantas Sobrinho mediante uma análise documental. Para uma compreensão mais aguçada da configuração da política, são possíveis novos estudos, confrontando outras realidades educativas do Município, o que não foi a proposta do estudo.

Não obstante, podem ser elencados alguns pontos para a repercussão do município destacando-se a EMEF José Dantas Sobrinho na tentativa de implementar a política de Inclusão:

O município aderir a implantação das Salas de Recursos multifuncionais Tipo 1 e tipo 2 com o apoio da SECADI, as salas foram equipadas com mobiliários e materiais pedagógicos específicos para as pessoas com deficiência de acordo com o censo escolar. A contratação dos profissionais de apoio (para alunos que necessitam de cuidados na higiene, alimentação e locomoção) e de interpretes (para

apoiar os alunos surdos na aprendizagem da sua 1ª língua) estabelecida no Conselho Municipal de educação de Maracanaú

A gestão da escola se abriu ao paradigma da inclusão, apoiando as ações desenvolvidas na SRM e assim redimensionar o PPP em uma ação conjunta com as profissionais do Atendimento Educacional Especializado, contemplando a diversidade no contexto educativo;

A parceria com os pais dos alunos com deficiência atendidos na SRM, que conscientes dos direitos dos filhos, se mobilizam em busca de reativar a Associação das Pessoas com Deficiência do Município, tendo como representante um pai bem atuante da referida escola;

A acessibilidade atitudinal da comunidade escolar (gestão, professores, merendeiras, porteiro) que com o trabalho de sensibilização no acolhimento aos alunos com deficiência, destacou-se já que foi formado um grupo da escola (gestão, professores, serviços gerais) para participarem do Curso de Libras no Centro de Línguas do Município (CLM).

A acessibilidade pedagógica e comunicacional com o uso da tecnologia assistiva como a Comunicação Aumentativa e Alternativa com o apoio da informática acessível na escola.

A formação das profissionais da SRM pode ser considerado um ponto relevante no destaque nacional no II Prêmio de Experiências Educacionais Inclusivas, mas em consonância com ações articuladas pelas profissionais, em parceria com a gestão escolar com o intuito de sensibilizar à todos os membros da comunidade, no sentido de se tornarem aptos a aceitarem e a conviverem com a diversidade e a se engajarem, na proposta da inclusão.

Logo, os recursos materiais e o trabalho realizado no Atendimento Educacional Especializado na EMEF José Dantas Sobrinho, isoladamente, não garantem a aprendizagem do aluno com deficiência, mas a ação conjunta realizada de forma colaborativa, transforma a escola em um espaço mais humanizado que

facilita a aprendizagem, tanto dos alunos com deficiência quanto dos demais alunos da escola.

As relações estabelecidas dentro da escola propiciam as trocas, manifestações afetivas e participação da cultura em que a criança está inserida.

De acordo com Stainback e Sainback (1999), os benefícios que a educação Inclusiva proporciona são múltiplos e abrangentes quando esta é trabalhada corretamente pelas escolas. Dependem da colaboração de toda comunidade escolar (direção, corpos docente e discente, equipe pedagógica, pais e comunidade para que se possa se efetivar, propiciando resultados positivos.

Acreditamos que implementar a Política de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no modelo escolar brasileiro é um desafio que nos obriga repensar a escola, sua cultura, sua política e suas práticas pedagógicas. No entanto, mesmo com a promulgação da lei, com decretos e resoluções não é garantido o seu cumprimento. No geral podemos considerar que existem inúmeras barreiras que impedem a educação inclusiva no cotidiano no município de Maracanaú na falta de acessibilidade atitudinal dos gestores e professores no ensino comum, na dificuldade de redução dos números de alunos nas salas de aula, na rigidez curricular e dos processos avaliativos. Além disso o Município ainda não tem um Projeto de Implementação da Política na Secretaria do Município.

No entanto, A EMEF José Dantas Sobrinho tem como um forte elemento para a implementação da atual política, a acessibilidade atitudinal, a inclusão na escola se dá, essencialmente pela mudança de atitudes, no acolhimento a diversidade humana e não apenas pela disposição de recursos pedagógicos. Isso faz a diferença no processo de educação inclusiva.

Referências

AIELLO, Ana Lúcia Rossito. **Família Inclusiva**. IN: EscolaInclusiva. São Carlos:EdUFSCar.2002.

ANANIAS, Patrus. **Políticas permanentes**. IN: O Papel do Estado na Materialização das Políticas Sociais. Disponível em: www.univen.edu.br .Acesso : 04 de Abril de 2013.

BAPTISTA, Claudio. Colóquio: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. In: Inclusão: revista de educação especial. Secretaria de Educação Especial, v.1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2008.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as Necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, 2008. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm Acesso em: 05 julho de 2012.

BRASIL, 2010. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Nota Técnica GAB nº 19** Disponível em www.mec.seesp.gov.br. Acesso 06 de Março 2013.

BRASIL, RESOLUÇÃO Nº 4, de 5 de Outubro de 2009. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009. Disponível em www.mec.seesp.gov.br. Acesso 06 de Março 2013.

BRERCH, Rita e SCHIRMER, Carolina. **Tecnologia Assistiva no Processo Educacional**. IN: Ensaio Pedagógico: Construindo Escolas Inclusivas. Brasília: MEC/ SEESP, 2005.

FERREIRA. Windyz B. **Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos?** In: Inclusão: revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2005.

FREITAS, Soraia Napoleão. **Colóquio: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. In: Inclusão: revista de educação especial. Secretaria de Educação Especial, v.1.Brasília: Secretaria de Educação Especial,2008, p.24.

FIGUEREDO, Rita Vieira. Colóquio: **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. In: Inclusão: revista de educação especial. Secretaria de Educação Especial, v.1.Brasília: Secretaria de Educação Especial,2008.

GLAT ,R & OLIVEIRA,|M. L. de L. **Políticas Educacionais e a Formação de Professores para a Educação Inclusiva no Brasil**. In: Revista Integração.vol.24, ano 24, ano 14; Brasília:MEC/ SEESP, p. 22-27,2002

JANNUZI, G. de M. **Escola e Inclusão: é possível o diálogo?** In:Elizabeth;BARTHOLO, Roberto (orgs) . **Nos Limites da Ação: preconceito, inclusão e deficiência**. São Carlos: EDUFSCAR, 2007 p. 59 -68.

OLIVEIRA,A.A. S, DRAGO,S.L.S.S . **A Gestão da Inclusão Escolar na Rede Municipal de São Paulo: Algumas Considerações sobre o programa inclui**. IN: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas. v.20.n.75. Rio de Janeiro. Abri/June. 2012.

SAINBACK, Susan; STAINBACK, William C. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

UNICEF. **Iniciativa Global pelas Crianças Fora da Escola**. Brasília.